

Apresentação

A permeabilidade do termo “Early Modern”, usado hoje em países de língua inglesa para definir um período da história cuja extensão, início e fim estão abertos a discussões, faz justiça à percepção de muitos intelectuais de que algo fundamental ocorre nesse período que se relaciona com a modernidade. É o período da descoberta da América por Cristóvão Colombo, da Reforma Religiosa que repartiu a Europa em dois campos, da emergência das primeiras narrativas utópicas, da nova perspectiva na pintura, dos grandes tratados políticos, do surgimento de um tipo de escritura “de ensaio” como a de Montaigne, da representação do político no teatro, mas também o período em que antigas categorias religiosas se deterioraram ou se renovaram. É um período, ao mesmo tempo, em que antigos anseios messiânicos, eternos em sua atemporalidade, encontraram aplicação nos conflitos políticos do período. Se a escrita do *ensaio*, pela primeira vez explorada por Montaigne, revelou um interesse incomum pela escritura incompleta, tateante e indagativa, por outro lado as formas da retórica conservam seu prestígio ao longo de dois séculos, uma tradição que, no terreno civil e político, desfrutava de mais reconhecimento do que outras formas de escritura. É o período que arrisca dar o passo crucial de elevar seus reis ao poder absoluto ou ainda a destroná-los, colocando em xeque a mística monárquica longamente gestada em períodos anteriores. É o momento em que novas ciências surgem: um novo direito que reforça as instâncias do direito comum, uma nova medicina que se debruça sobre doenças, físicas e psíquicas, criando com mais vigor uma distinção entre as doenças de espírito e a mera possessão, reivindicando áreas antes monopolizadas pelo saber religioso, teológico e outros. É finalmente o período em que o debate político sobre o poder ganha já os contornos dramáticos que revelam a colisão entre uma visão patriarcal e hierárquica do poder e uma visão ainda tateante e indecisa que postula noções como a do poder independente do estado em relação aos monarcas. Na poesia e na literatura de modo geral, é o momento também em que emerge, sobretudo no teatro e no romance, um tipo de representação que tira sua qualidade e sua textura da observação do humano. Assim no drama shakespeariano e do *Século de Ouro*, assim na escritura de Montaigne, na incrível

variedade de poetas como La Fontaine ou de escritores mundanos como La Rochefoucauld.

Literatura, filosofia, teologia e graça

Momento de inovação no cânone do pensamento, o período está, contudo, interligado com sua herança medieval. Entre as muitas categorias de pensamento (e filosóficas) mais presentes no período está a noção de graça divina. Inicialmente uma categoria que surge das pressões da discussão entre pagãos e cristãos na Antiguidade, foi formulada por Santo Agostinho em defesa de sua noção teológica segundo a qual Deus dispõe da graça, sem que nenhum sinal humano o obrigue a decidir em seu favor. Seu uso no século XVI e XVII está intimamente ligado aos conflitos doutrinários da Reforma e ao interesse dos reformistas de fazer uma clivagem clara entre a vontade humana e seus atos e a vontade divina, adotando de modo geral a posição de que a graça divina é gratuita, mas de modo algum adquirida por meio de ações dos homens. Um certo determinismo implícito nessa concepção, que muitos se viram forçados a adotar, gerou uma noção cada vez mais insubstancial do divino, lançando-o não raro numa esfera cujo caráter absoluto era motivo, para muitos, de angústia extrema. Num longo período, a partir de Descartes, passando por Milton e Racine e Leibniz, a questão sobre a graça tornou-se um motivo estruturante de obras artísticas. Não muito longe do problema da graça, e ligado com ela por meio de diversos canais lógicos, estiveram sempre os problemas acerca de ser legítimo ou não coordenar a razão da natureza com as infinitas possibilidades lógicas de Deus. Alfredo Gatto nos apresenta um dos momentos cruciais desse problema na filosofia de Leibniz, que, preocupada com a noção de indiferença divina em Descartes (ou seja, a ideia de que Deus poderia ter criado todas as coisas de um outro modo, dentro de suas infinitas possibilidades, inclusive aquilo que seria inconcebível logicamente e contra a razão e a moral), busca resolver o paradoxo deixado por Descartes na Filosofia – e na Teologia. O que está em jogo, no modo particular do pensamento filosófico do século XVII, profundamente articulado em torno das noções de vontade, necessidade e causalidade do ato divino, são, conforme Gatto, duas noções reincidentes no pensamento da época: de um lado, aquela que vê no ato criador divino o fruto aleatório de uma escolha impositiva desprovida de qualquer nexos moral ou geométrico; e, por outro lado, aquele que, celebrando a boa vontade divina,

revela a escolha como uma imanência da própria essência boa de Deus. A pergunta que Milton colocou em suas primeiras páginas do *Paraíso perdido*, da necessidade de justificar “*the ways of God to men*”, encontra ressonância na necessidade de Leibniz de encontrar um ancoradouro moral – presente no ato criador divino – que ao mesmo tempo postule a onipotência divina e evite o coparalelismo entre ato criador e ideia geométrica do mundo, defendendo ao mesmo tempo uma escolha divina que coincide com a lei da razão, mas que não está a ela submetida. No ato de Deus, deveria estar escrita a sua vontade – e, mais do que isso, a sua essência não indiferente e profundamente boa. O que Gatto busca mostrar é como a teologia (e a filosofia teológica), enredada na própria história do conceito de soberania divina total, correu o risco de eliminar qualquer elo entre moralidade e divindade.

A noção de graça foi pensada também através de imagens ao longo dos séculos e possui suas próprias representações típicas e uma história própria. Uma delas, aquela que publica numa infinidade de imagens o retrato do estado primevo da humanidade, era articulada geralmente como o negativo do estado presente da humanidade. Luciana Villas Bôas, sem referir-se diretamente à noção, estuda o curioso exemplo do panfleto “O Lamento dos selvagens da floresta sobre um mundo desleal” (Nuremberg, 1545) presente nas fontes iconográficas e textuais que remontam à xilogravura de Hans Schaufelein. Sob o impacto das grandes descobertas do novo continente, a representação dos nativos americanos foi adotada, na Alemanha, para opor um certo estado de natureza (positivo, e não negativo como aquele formulado por Hobbes) ao atual estado da humanidade. O antigo *locus amoenus* que Curtius conceptualizou em sua obra seminal reaparece sob o impacto de dois acontecimentos: o reescalonamento das prioridades teológicas do protestantismo, cujo interesse contestatário inflaciona as representações de figuras “negativas” alternativas ao (nosso) mundo de corrupção e desgraça, e o acento em formas de representação pré-antropológicas de “nativos selvagens” que surgiram na Europa com a descoberta das Américas. Villas Bôas lê com fineza os diversos estratos paradigmáticos que se amalgamam nessas apresentações: os selvagens da América, as tribos germânicas “rudes” e “simples” que a cultura descobre através dos comentários de Tácito, assim como o estado adâmico, reativado com obsessão pelas escolas do Protestantismo.

A noção de graça teve não poucos impactos sobre o teatro do século XVII francês. Maria Suzana de Castro retoma em seu artigo uma

discussão que havia sido objeto de estudos como *Le dieu caché*, de Lucien Goldmann, mas também como *Les morales du grand siècle*, de Paul Bénichou, e que tem como um dos momentos mais cruciais a obra dramática de Jean Racine. A célebre tese – partilhada por ambos os intelectuais – de que Racine teria composto *Phèdre* sob o impacto de sua educação religiosa junto aos *Pères de Port-Royal*, dramatizando uma personagem clássica e pagã “nem totalmente inocente, nem totalmente culpada”, encontraria sua explicação na visão algo fatalista que a noção de graça do jansenismo agostiniano disseminara. Oscilando entre uma explicação aristotélica para sua própria tragédia, ou seja, do paradoxo do herói trágico, e uma visão fatalista do destino humano, *Fedra* seria por excelência o reflexo ou ainda a transubstanciação artística do típico dilema humano que envolve a graça no “pessimismo” jansenista que postula uma visão paradoxal do humano.

Sebastianismos, história e literatura

A graça constituía uma espécie de retorno salvífico, mas apresentava uma relação misteriosa e dramática entre Deus e uma humanidade que vive a expectativa tensa de ser ou não ser aceita. As garantias da graça, portanto, não eram promissoras. No meio tempo, num mundo onde as garantias da graça não estavam dadas, podia-se substituir, ainda que provisoriamente, as incertezas teológicas por construções imaginárias primitivas no estilo da evocação a uma terra de Cocanha ou da Idade de Ouro – a mesma que D. Quixote evoca em seu solilóquio com os cabreiros –, ou ainda construtos sutis produzidos por mentes racionalizantes como a de Thomas More. No conjunto das artes do período da primeira modernidade, a manipulação de antigas formas imagéticas, como a do *locus amoenus*, tinha, contudo, ramificações com formas de narrativa “utópicas”. Se, no contexto inglês, essas relações se deram na forma de utopias que não raro fetichizavam a capacidade de se criar uma legislação fundadora reformista para as sociedades, baseada em certas regulações racionais que eram, a um tempo, o contraponto à sociedade disfuncional presente e uma promessa de uma sociedade ideal; no contexto português, ela se traduzia por formas messiânicas que se voltavam para o futuro do qual algo fundamental emergiria. O messianismo e o milenarismo eram variantes antigas dessa angústia por um novo momento, e a tragédia de D. Sebastião, o rei “desejado”, morto em Alcácer-Quibir, em 1578, reativou num Portugal imperial declinante a fé na volta de um

rei salvador que resgataria o reino português das mãos dos castelhanos, restaurando a soberania perdida. É uma página dessa história que João Carlos Gonçalves Serafim resgata através do estudo de uma das mais curiosas “erupções” sebásticas na história de Portugal, o aparecimento, em Veneza, de um homem que reivindicava a identidade de D. Sebastião. O artigo explora os acontecimentos políticos e messiânicos que irromperam no período, revelando o inconformismo e a esperança dos portugueses mais nacionalistas, estudando os argumentos “usados para justificar e promover a adesão ao caso do quarto e último falso-rei D. Sebastião”.

Um tema rico e instrutivo até hoje na cultura portuguesa e brasileira foi explorado ainda pela contribuição de Marcus De Martini e Noeli Dutra Rossatto, que apresentam um estudo sobre como um certo modo de pensar e contar tipicamente alegórico – fundamental na compreensão da visão profética dominante no período – acabou por reemergir, via tradições nordestinas populares, no *Romance d’A Pedra do Reino*, de Ariano Suassuna. De Martini e Rossatto mostram como Suassuna incorpora uma visão de mundo dominado por uma temporalidade messiânico-milenarista a-histórica que não distingue passado, futuro e presente. Revelam como a leitura da história e do tempo adotado por Quaderna, personagem-narrador do romance de Suassuna, coincide com formas interpretativas místicas de muitos dos contemporâneos de Padre Antônio Vieira, para citar um exemplo emblemático.

O messianismo sem dúvida se mostrou nos mais diversos níveis da cultura e da história, inclusive na reescritura da história futura, agora já não mais no registro profético do século XIX, mas da própria história moderna. Daniel Vecchio e Gerson Luiz Roani apresentam aqui um recorte peculiar dessas persistências, na tortuosa e fantasiosa história da constituição e reconstituição da figura (história reimaginada) de Vasco da Gama, buscando o “fio da meada” desses diversos depósitos imaginários que o apresentam como o navegador ungido, de significação ímpar para os tempos futuros, revelando uma espécie de escatologia do reino português, agora no domínio da sua identidade marítima e conquistadora. Trata-se aqui de uma história da manipulação da memória, história das contínuas sobreposições imaginárias que escritores, historiadores e poetas fizeram acerca de suas viagens e de sua própria errância. Desde a sua “figura histórica”, nebulosa, pouco documentada, passando pelo retrato feito por Camões nos *Lusíadas* e visitando sua

versão romântica em Almeida Garret e Alexandre Herculano e a glorificação oficial dos heróis da navegação nacional, os autores atingem o último estágio desse desiderato imaginário: a alegoria pós-moderna. O imenso sucesso, na Inglaterra, da tratadística médica – sobretudo aquela baseada nas teorias médicas humorais – gerou, entre os séculos XVI e XVII, uma assimilação impressionante, no corpo da literatura e, em particular, do drama, daquelas categorias de explicação da “alma” que esquematizavam o funcionamento da mente humana. Um dos mais notáveis fenômenos nessa incorporação está sem dúvida no interesse pela descrição topológica e física dos fenômenos mentais ou psíquicos a partir de teorias pré-cognitivas. Arthur Kinney, nesse sentido, apresenta-nos um estudo notável sobre o que ele chama de “Tragédia Cognitiva, um estudo que estuda o impacto das diversas teorias médicas ou humorais na tragédia”. Para os que lembram a teoria dos “espíritos animais” em Descartes, não será estranho imaginar como as diversas categorias médicas do período respondiam a uma necessidade de determinar os contornos da vida emocional. Para Shakespeare, serviam, com efeito, não apenas como um conhecimento artificial, mas também como um verdadeiro catálogo do que se poderia chamar de “retórica das paixões”. Kinney revela essas continuidades e revela ainda como Shakespeare reativa-as, sempre com diversidade, em seus diversos personagens. O seu estudo, contudo, adquire um interesse mesmo para os estudos cognitivos modernos no sentido de que propõe, a despeito da nova empiria, certas coincidências entre o pensamento pré-científico e as teorias atuais a respeito da cognição.

Seguindo um caminho semelhante e explorando teorias médicas contemporâneas, Lawrence Flores Pereira explora as reverberações na peça *King Lear* de algumas noções médicas do período, em particular a noção de “histeria passio”, ou seja, de útero errante, que Shakespeare adotou a partir de sua leitura transversal dos textos médicos do período. O objetivo desses estudos não é tanto de igualar o drama de Shakespeare com qualquer uma dessas teorias, mas de mostrar o uso relativamente irônico que ele faz delas. Como a ciência do período desconhece o empirismo nos termos ainda em uso hoje em dia, ela de algum modo espelhava categorias que basculavam nos diversos domínios do conhecimento.

A contribuição de Carlos Roberto Ludwig adota uma abordagem semelhante, acrescentando, contudo, o aporte psicanalítico. Trata-se de

um estudo sobre os motivos e as constelações da interioridade, assim como das fantasias afetivas ligadas à figura paterna, em Shakespeare, em particular em sua peça *O mercador de Veneza*. Há vários caminhos adotados por Ludwig para sua análise: de um lado, é óbvio o aporte psicanalítico e também da crítica feminista (Janet Adelman); por outro lado, seu manejo das figuras permite a apresentação da dimensão “fantasmática”, que, a despeito da retoricidade das peças, aparecem como um componente da “interioridade”, o qual já estava em processo de formação e articulação na linguagem teatral do século XVII, dando a ver um modo de observação do humano inteiramente renovador – em particular nas peças de Shakespeare.

A “fantasmática” masculina, aspecto poderoso de uma sociedade eminentemente patriarcal, é um problema particularmente agudo quando se trata de escrever sobre a escrita feminina ou sobre a escrita acerca do feminino no Renascimento. A escrita sobre o feminino é vasta no período – basta pensar aqui nas heroínas de Shakespeare e suas diversas posições dramáticas – e é necessário lembrar, com Howard Bloch, que ela é herdeira do grande complexo da misoginia medieval. Por outro lado, é conhecido o dilema do feminismo sobre essa escritura. A pergunta sobre como é possível que a voz feminina surja em textos de autoria masculina é ainda candente. Janet Todd, ainda em 1988, confessava sua exasperação com a crítica feminista francesa que abraçou rápido demais o postulado fácil da “morte do autor”, renunciando à tarefa, que então era ainda incipiente, de resgatar o cânone feminino do período. Recuperar as vozes era fundamental, mas, para fazê-lo, era necessário evoluir às apalpadelas. Quando lembramos, contudo, que, afora o fato mais geral cultural do patriarcalismo, a própria arte de escrever pressupunha um texto densamente trabalhado segundo preceitos (geralmente presos aos modelos retóricos ou ainda ao corpete dos gêneros), então vemos o nível de dificuldade para produzir aquilo que a psicanálise chama de “escuta”. Esse silêncio da voz ficou profundamente emblematizado na literatura e na pintura pela imagem de Ofélia morta, pela sua loucura e esfacelamento. Nessa personagem, há de fato a combinação paradoxal de sua incapacidade de falar articuladamente (perda da razão), de sua capacidade de sugerir (através da loucura e dos emblemas florais) e de seu silêncio final.

No contexto ibérico, os desafios não são menos problemáticos. Os artigos de Fabio Mario da Silva e de Edwrigens A. Ribeiro Lopes de

Almeida enfrentam esses problemas com constatações importantes. As notas investigativas de Fabio Mario da Silva apresentam uma obra muito pouco conhecida, o *Memorial da infância de Christo e o triumpho do divino amor*, de Soror Maria Pimentel. O artigo nos faz acompanhar a tentativa dessa autora de “epicizar” a infância crística e dramatizar a figura feminina de Maria, num típico exemplo daquilo que Wolfgang Kayser denominou de “epopeia de personagem”. Entre as visões paradigmáticas do feminino da época, a autora escolheu o modelo de Maria, que se incorpora àquilo que Howard Bloch chamou da “poética da virgindade” e da “Esposa de Cristo”. No entanto, Silva sublinha que essa narrativa se desenvolve sob o signo da clausura, tendo um traço muito mais pessoal, objetivo e dramático. Seguindo uma via diversa, agora buscando o feminino na escrita masculina, Edwrigens de Almeida coteja *Las dos doncellas*, de Cervantes, com as formas mais comuns de tratados de instrução ao sexo feminino que, durante o *Siglo de Oro*, foram confeccionados a partir do discurso religioso moral e patriarcalista do período. O estudo mostra como Cervantes operacionalizava sua própria estratégia crítica, que, embora inspirada nos antigos tratados para moças, superava-os, apresentando as personagens como dotadas de liberdade (ainda que restrita), numa sutil transgressão das regras reservadas às mulheres no período.

Retóricas e paganismo

Ainda que por muito tempo a historiografia literária, influenciada pelos paradigmas românticos e por uma crítica que privilegiava os autores mundanos do Renascimento e da Idade Clássica, tenha implementado um verdadeiro eclipse da historicidade da retórica, na década de 70, intelectuais como Nancy Stuever, Brian Vickers e Marc Fumaroli – e entre nós João Adolfo Hansen – foram responsáveis em grande parte pelo renovado interesse por esse domínio. Marc Fumaroli lançou seu estudo seminal sobre a retórica, em 1980, recontando as idas e vindas dessa importante prática entre os séculos XVI e XVII, mostrando a ductibilidade e interpenetrabilidade das diversas escolas, evitando ao mesmo tempo as tentações monolíticas de noções como a de ciceronianismo, sobretudo colocando o “movimento” retórico dentro do contexto histórico e político de seus vários tempos. Um dos momentos mais notáveis de sua *L’age de l’éloquence* é justamente aquele que mostra a habilidade dos jesuítas, “teóricos da cominação romana da eloquência sagrada

e profana” como introdutores dessa nova escola retórica na França. Anne Régent-Susini, que vem há anos pesquisando a eloquência de púlpito, estudou de perto o papel e o estatuto dessa prática no período de Luís XIV, concentrando-se sobre a problemática intertextualidade que marca a obra sermônaria de Bossuet. No seu artigo, ela apresenta o uso cuidadoso de Bossuet da referência legitimadora dos antigos, feito por meio de citações que são submetidas não raro a uma “cristianização” formal e conteudística. O que Anne Regent-Susini nos mostra é esse impasse da composição, em que a autoridade do sermônista precisa adaptar, sempre com mais sutileza, as formas da escrita da antiguidade, instrumentalizá-la e recuperá-la para a pregação cristã, lançando, contudo, os sinais de sua erudição sobre os antigos.

Explorando uma região diversa da retórica do período e até mesmo da “literatura” do período, Leila de Aguiar Costa contribui com um estudo sobre o uso que Georges Scudéry faz da *ekphrasis* em *Le cabinet de Monsieur de Scudéry*, em que aparecem descrições de quadros de pintores franceses, italianos, franceses, flamengos, holandeses e alemães. Aguiar Costa argumenta que o uso específico que Scudéry faz desse procedimento não é apenas um catálogo ou repertório de obras, mas muito mais um discurso que pensa a ilusão na pintura e em outras formas artísticas, porém sempre reafirmando a primazia do verbo como ordenador de todos os códigos.

A chamada da revista *Letras* refletiu a preocupação dos organizadores em incluir contribuições que, sem tratar de questões diretamente relacionadas ao período, explorassem-nas em relação a obras de outros tempos. Marcus De Martini e Noeli Rossatto exploraram, como já vimos, a presença do messianismo na obra de Suassuna. Kathrin Rosenfield, por sua vez, explorou as intersecções entre o pensamento de Walter Benjamin sobre o *Trauerspiels* alemão, a teoria tradutória de Haroldo de Campos e a poesia dramática traduzida pelo poeta alemão Friedric Hölderlin. Rosenfield revela como a inflexão da noção de barroco, produzida e reelaborada pela modernidade em obras, traduções e teorias, é objeto de leituras transversais fundamentais para as práticas tradutórias na modernidade: eis uma quadrangulação teórica que é reconhecível até mesmo em ensaios sobre tradução, como o célebre *postscriptum* “*Transluciferação mefistofélica*” em *Deus e o Diabo no Fausto de Goethe*. Rosenfield finalmente se detém sobre como os desvios e as rupturas na tradução de Hölderlin, criticados em seu tempo, constituem

um interessante procedimento de “desvio de fidelidade”, certamente um procedimento que pelo menos desde a década de 50 tem sido discutido no campo teórico da tradução.

As várias contribuições no atual volume revelam, finalmente, uma diversidade de problemas, impasses e dimensões que permitem ter um vislumbre sobre a complexidade dos séculos XVI e XVII e a persistência, ainda que velada, de muitas de suas formas de pensar, ilustrando também a riqueza impressionante de conceitos operacionais hoje menos comuns. A vantagem de conhecê-los e de indagar sobre sua existência persistente no período é entender não raro o funcionamento de suas persistências no mundo atual.

16

O atual número da revista *Letras* abriu espaço também para resenhas em torno do tema da revista. Andréia Guerini e Rozalir Burigo Coan resenharam o livro *Metamorfosi del Cunto di Basile*, de Angela Albanese.

Lawrence Flores Pereira,
Marcus De Martini,
Kathrin Rosenfield,
Organizadores.